

	Pag.
X: Despacho nº 291/81, de 15 de Outubro	643
Esclarece que as provas para atribuição do título de agregado são as reguladas pelo disposto no Decreto nº 301/72, de 14 de Agosto.	
Despacho nº 302/81, de 7 de Novembro	643
Estabelece a constituição do conselho administrativo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.	
Despacho nº 304/81, de 9 de Novembro	644
Permite que os contratos dos leitores titulares de habilitações obtidas no estrangeiro, abrangidos pelo disposto no nº 2 do artigo 93º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, possam ser prorrogados até 30 de Setembro de 1982.	
Despacho nº 308/81, de 8 de Novembro	645
Determina a atribuição da 1ª fase prevista no Decreto-Lei nº 513-M/79, de 27 de Dezembro, aos educadores de infância em serviço nos serviços sociais universitários.	
Despacho nº 311/81, de 11 de Novembro	645
Nomeia a comissão coordenadora das escolas superiores de educação e define a sua competência.	
Despacho nº 316/81, de 19 de Novembro	647
Estabelece a organização, funcionamento e competências do conselho científico e do conselho pedagógico da Universidade do Minho.	
X / Despacho nº 317/81, de 23 de Novembro	664
Fixa o número de aulas que, nos termos dos respectivos contratos, poderá ser atribuído aos docentes em regime de tempo parcial.	
Despacho nº 335/81, de 17 de Dezembro	665
Permite que as actividades de ensino ministradas pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, até ao ano lectivo de 1980-1981, na área das Ciências do Meio Aquático, possam ser creditadas para os efeitos do artigo 5º da Portaria nº 973/81, de 14 de Novembro.	

Despacho n.º 317/81

O estatuto da carreira docente universitária determina expressamente os limites máximo e mínimo do número de aulas a que os docentes em regime de tempo integral são obrigados.

Quanto aos docentes em regime de tempo parcial, apenas se determinam os limites relativamente ao número total de horas de serviço semanal.

Levantam-se pois dúvidas quanto ao critério a seguir para a determinação do número de aulas que, nos termos dos respectivos contratos, poderá ser atribuído aos docentes em regime de tempo parcial.

Atendendo a que no n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com emendas, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o legislador prevê a hipótese de se excederem os limites fixados no n.º 1 do referido artigo;

Considerando que os docentes convidados referidos no artigo 3.º não têm necessidade de fazer investigação na universidade ou instituto universitário com vista à obtenção do grau de mestre ou de doutor para progressão na carreira, donde resulta a não inclusão, nos respectivos horários, desta componente;

Por analogia com o disposto no artigo 71.º, n.º 2, e ao abrigo do artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com emendas, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, determino:

Aos docentes convidados poderá ser atribuído um número de aulas variável com os respectivos parâmetros contratuais e as necessidades específicas de cada universidade ou instituto universitário, de acordo com a seguinte tabela:

	Horas de aulas	Horas de apoio aos alunos	Horas de preparação das aulas	Total de horas
Contratos a 100%	12	6	18	36
Contratos a 60%	8	4	10	22
Contratos a 50%	6	3	9	18
Contratos a 40%	5	2,5	7	14,5
Contratos a 30%	4	2	3,5	11 (a)
Contratos a 20%	3	1,5	3,5	7,5 (a)

(a) Com rectificação constante do D. R. n.º 60, II série, de 13.3.82.

Ministério da Educação e das Universidades, 23 de Novembro de 1981. —
O Ministro da Educação e das Universidades, *Vitor Pereira Crespo*.